



Fórum de Cidadania, Justiça e Cultura e Paz: uma experiência de Vigilância em Saúde do Trabalhador Canavieiro na região de Piracicaba SP



Ministério Trabalho



Autores: Bragantini, CA - CEREST Piracicaba
Gomes, MA - Procurador do Ministério Público
Vilela, RAG – Faculdade de Saúde Pública – USP
Storel, AO - Coordenador do Fórum
Silva, AJN - CEREST Piracicaba



Ministério da Saúde



Min. Público do Trabalho 15ª Região

INTRODUÇÃO

O corte manual da cana de açúcar vem sendo objeto de preocupação dos órgãos públicos e da sociedade civil por expor trabalhadores migrantes a riscos nos locais de trabalho, nos alojamentos precários e nas condições sub-humanas de moradia. Mortes por exaustão vêm sendo acompanhadas por estudos e pesquisas e merecem atenção da vigilância do setor saúde. A migração imposta pelo setor canavieiro traz vários problemas aos municípios transformando-os em “cidades dormitórios” com graves conseqüências sociais e ambientais.

OBJETIVO

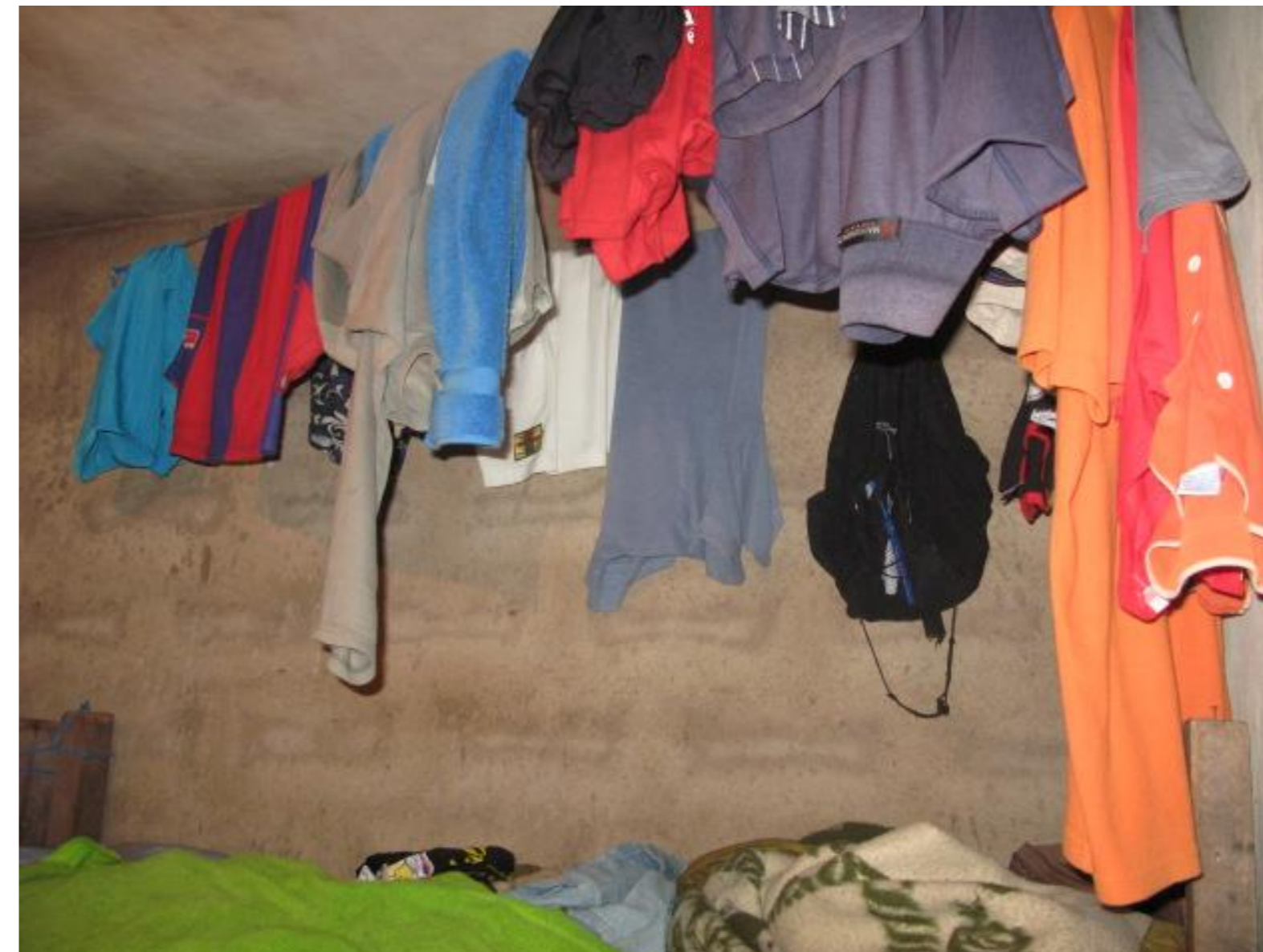
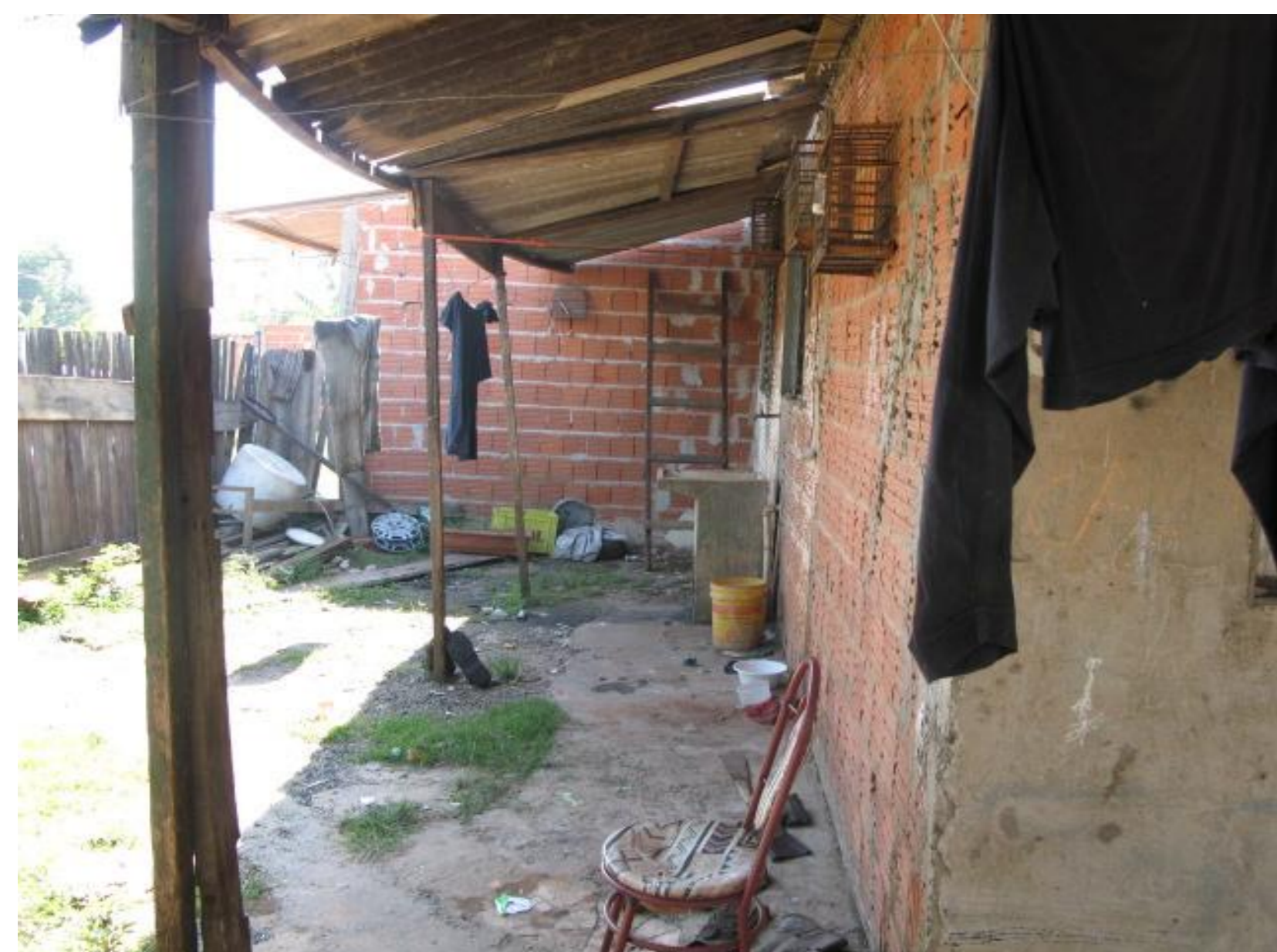
O CEREST Piracicaba em conjunto com as vigilâncias sanitárias dos municípios da região e outros órgãos regionais como MTE Piracicaba e MPT da 15ª Região juntaram-se ao Fórum da Cidadania para construir um espaço de articulação pública de ações de vigilância em saúde dos trabalhadores canavieiros.

MÉTODO

- Construção de Termos de Ajuste de Conduta (TAC);
- Criação de Check - list nas ações das Visas municipais,
- Estabelecimento de fluxos de mapeamento e de envio regular de relatórios ao MPT;
- Articulação com a Secretaria Estadual da Saúde e Legislativo Paulista ;
- Criação de uma central de informação regional.

RESUMO DO TERMO DE AJUSTE DE CONDOTA (TAC) DO MPT COM OS MUNICÍPIOS

OBRIGAÇÃO DO MUNICÍPIO: 1) Realizar, anualmente, um levantamento dos locais que serão utilizados como alojamentos e moradias para trabalhadores migrantes das lavouras da cana; 2) Retornar obrigatoriamente no local utilizado no ano anterior como alojamento ou moradia; 3) A manter um banco de dados contendo o endereço do imóvel atualizado; 4) Encaminhar anualmente ao MPT relatório contendo todas as moradias e alojamentos catalogados; 5) Utilizar o check-list para verificação do alojamento ou moradia; 6) Encaminhar ao Ministério Público do Trabalho relatório de inspeção prévia;



RESULTADOS

No ano de 2008 e 2009, só na regional de Piracicaba, foram encaminhados 162 relatórios ao Ministério Público do Trabalho, constatadas 403 irregularidades, sendo 57 provenientes de alojamentos e 105 provenientes de moradias totalizando a regularização da situação de moradia de 8.806 trabalhadores. Já foram computados 70 inserções em jornais, 6 entrevistas nas redes de televisão e 6 entrevistas em rádios locais. A articulação com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo possibilitou a criação da Norma CVS nº. 31/08 e da Portaria CVS-12 de 19 de agosto de 2009 - que obriga a obtenção do alvará para os alojamentos. Por iniciativa do Fórum foi elaborada e aprovada a Lei Estadual 13.559 obrigando os alojamentos e moradias dos trabalhadores rurais a obterem previamente licença de funcionamento pelo setor saúde. O Fórum criou uma central de informação regional.

CONCLUSÃO

A construção do Fórum mostrou-se estratégica tanto para acolher as denúncias como para buscar ativamente os casos irregulares através do mapeamento feito pelos atores sociais envolvidos. Com a existência do Fórum os atores passaram a contar com o apoio fundamental dos órgãos regionais, antes pouco acessíveis. Para os órgãos regionais como o CEREST Piracicaba, a Direção Regional de Saúde, o MPT e o MTE (Gerencia Regional de Piracicaba) o Fórum permitiu ampliar a escala das ações, agir no atacado ao invés de agir no varejo - apagando literalmente os incêndios - com ação regional padronizada e articulada, potencializando os resultados e ganhando em visibilidade para o conjunto do setor e para a sociedade.